



BOLETIM SEMANAL

31 de maio de 2011

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Filiado à CUT/FENAJUFE



RESOLUÇÃO DO 6º CONGRESSO

Equiparação aumentando GAJ e GAMPU

O 6º Congresso do Sindjus, que ocorreu nos dias 26 e 27 de maio, no Parlamundi, aprovou uma resolução vital para a categoria: reforçar a greve e equiparar os salários dos servidores do Judiciário e do Ministério Público a das categorias similares no Executivo e Legislativo, por meio do reajuste da GAJ e GAMPU (veja ao lado).

Policarpo, relator do PL 6613/09, na Comissão de Finanças e Trâmiteação que acompanhou todo o debate considerou excelente o resultado: "Vou fazer o relatório final de acordo com os parâmetros que a categoria estabeleceu" afirmou.

A luta histórica do Sindjus pela equiparação ganha mais uma página com a resolução aprovada pela categoria.

"Unificar a categoria do Judiciário e MPU na greve deflagrada no dia 18/05/2011 com o objetivo de reabrir as negociações com as seguintes premissas:

- 1. Garantir a equiparação – inicial e final – das carreiras do Judiciário e MPU às carreiras análogas dos Poderes Executivo e Legislativo.**
- 2. Para atingir esse objetivo devemos buscar deslocamento do reajuste do VB para GAJ e GAMPU."**

ISABELA LYRIO



Painéis do 6º Congresso reforçam a necessidade de união para conseguir o re

Para que o sonho se tra

Com o maior número de delegados da história – 231 –, o sindicato realizou na sexta e sábado (27 e 28/5) seu 6º Congresso: “O que essa categoria faz? O que essa categoria pode fazer? Missão, ampliação de papéis, valorização”.

A abertura contou com a coordenadora do Sindjus Sheila Tinoco, o reitor da UnB e parceiro histórico do sindicato José Geraldo de Sousa, o secretário de Recursos Humanos do STF Amarildo Oliveira e o deputado Policarpo. Membro da Comissão de Organização, Sheila abriu os trabalhos e destacou a importância do evento não só para o sindicato mas para todos os servidores: “Os congressos dão significado à nossa caminhada”, afirmou.

A diretora provocou os presentes sobre seus sonhos e desafios: o desejo de um salário justo, carreira valorizada, reconhecimento institucional e social, melhores condições de trabalho. E o desafio de aprovar a revisão salarial, aprofundar a discussão sobre carreira, lutar por uma previdência pública e universal, jornada de trabalho justa, abertura de mais concursos, fim das discriminações e garantia do direito de greve.

Para Sheila, o congresso em um período de greve é especial, porque o cenário mexe com a categoria, com as autoridades e com a sociedade. Ela afirmou que é preciso resgatar a auto-estima da categoria e que o congresso é um chamado à participação e à cooperação: “Estamos aqui para que o sonho se transforme em conquista. Afinal, nós somos agentes transformadores.”



PAULO COSTA
Diretor 1º Juizado Especial Cível Planaltina

Uma busca em conjunto

Para um atendimento de qualidade, o Judiciário precisa contar com servidores valorizados, pessoas habilitadas e envolvidas com a nossa realidade. Foi o que afirmou Paulo Costa, diretor da Secretaria do 1º Juizado Especial Cível de Planaltina e instrutor do Instituto de formação do TJDFT, no painel “O que essa categoria pode fazer?”.

Ele falou sobre o papel fundamental dos servidores nos juizados, como instrumentos de legitimação do Poder Judiciário: “Nós, que escolhemos essa carreira por motivos particulares, precisamos valorizá-la, dando-lhe, sobretudo, sentido”, destacou, ao argumentar sobre a necessidade de unidade: “Precisamos buscar os objetivos da categoria de forma conjunta.”

Paulo lembrou que a ampliação do acesso à justiça e a busca de pacificação social fazem parte da missão de instituições como o CNJ e o TJDFT. E os servidores são chamados a cumprir essa missão.

Experiente em meios alternativos para mediação de conflitos, ele explicou os processos de negociação e arbitragem. Falou sobre a história e as vantagens da conciliação, que, além de mais rápida e menos onerosa, consegue restabelecer valor social. “Nosso papel, como servidor, é o de condutor de um diálogo produtivo”, disse.

Para Paulo, a verdadeira Justiça só se encontra no consenso e a ideia da Justiça como um palácio inacessível e burocrático tende a desaparecer: “O Judiciário precisa ser mais uma casa do povo.”



JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR
Reitor da Universidade de Brasília

Servidor é o ator principal

Segunda pessoa a falar no evento, o reitor da UnB logo afirmou: “Sim, os servidores podem fazer mais pela Justiça.” Para José Geraldo, o Congresso não deve apenas confirmar que os servidores fazem muito, no que diz respeito à prestação jurisdicional, mas ir além: compreender sua missão profissional, sindical e social como atores políticos. Ele atribuiu aos servidores o papel de inserir na cultura social o valor da justiça, para afirmar a cidadania.

Ao lembrar a provocação feita pelo 1º Congresso do Sindjus – “É possível uma sociedade democrática com um Judiciário conservador?” – José Geraldo destacou a evolução da Justiça nesse período. Falou sobre os avanços do Judiciário no caminho para a cidadania e o papel dos servidores na democracia: “A democracia deve ser uma experiência permanente de criação de direitos”, disse.

O professor, parceiro de longa data do Sindjus, ressaltou que a construção do ato judicial é fruto da expertise dos servidores: “No Judiciário são 15 mil togados e 250 ou 270 mil não togados. O servidor é o ator essencial da prestação jurisdicional, embora ainda não se reconheça isso.”

A fala de José Geraldo reafirmou o papel dos servidores como agentes políticos na construção de uma cultura de cidadania. Ele afirmou que o servidor precisa ser reconhecido por meio de políticas de formação, capacitação e remuneração, e que não podem ser cobrados quanto à eficiência e a celeridade do Judiciário se sua carreira não passar por procedimentos valorativos.

Reajuste e plenária final vota em fortalecer a greve para lutar pela equiparação

Transforme em conquista



AMARILDO OLIVEIRA
Secretário de Recursos Humanos do STF

Perspectivas para o futuro

Nossos planos de cargos e salários sempre ficam reféns da tabela salarial, pois a remuneração está sempre defasada. Na elaboração dos dois últimos PCS, isso obrigou a comissão a deixar de lado a importante discussão do desenvolvimento na carreira.

Foi o que recordou o secretário de Recursos Humanos do STF Amarildo Oliveira. Ele levantou a questão da evolução tecnológica e da necessidade de redefinir atribuições. Um exemplo é cargo de taquígrafo do STF, uma atividade que praticamente desapareceu. Hoje fazemos concurso para uma atividade que amanhã pode não existir: qual será a perspectiva desse servidor ao longo de sua carreira?

Para Amarildo, o servidor precisa ver o Judiciário como uma carreira, não uma casa de passagem: "Muitos usam o Judiciário como ponte para carreira melhores, que exigem prática jurídica. Por isso nossa rotatividade de servidores é tão alta. Precisamos de planos que invistam na nossa carreira, para evitar esse problema", argumentou.

O secretário afirmou também que, no passado, o serviço público era atrativo não pela remuneração, mas pelas garantias que oferecia ao servidor. Garantias que a partir de 1994, começaram a sumir. "Daqui a pouco o regime público não vai conseguir competir com o setor privado. O único diferencial que tínhamos era a estabilidade, mas nem isso está garantido mais. Precisamos de melhor remuneração, de um plano de benefícios mais específico, de capacitação, de participar mais dos rumos da nossa carreira", afirmou.



LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
Especialista em carreira

Há risco de congelamento

O especialista Luiz Alberto dos Santos fez uma rica explanação sobre remuneração, com as vantagens e os pontos negativos das propostas em debate atualmente. Ele alertou para a necessidade de analisar com cuidado as alternativas, para que a categoria não corra o risco de um engessamento salarial sem chance de voltar atrás na escolha.

Luiz Alberto apontou os lados positivos do tão questionado subsídio e em seguida alertou sobre as fragilidades desse tipo de remuneração: "O subsídio é uma experiência nova. Não se pode ainda afirmar que seja uma alternativa boa. Em alguns casos, foi favorável para a administração e ruim para o servidor, que corre o risco de um congelamento salarial permanente. Não há como dar uma gratificação, ou um abono", afirmou. Segundo ele, para manter o poder de compra é necessária uma revisão salarial anual: "Todos nós sabemos que, apesar de estar no papel há mais de uma década, até hoje a revisão geral não saiu do papel. Isso tem ocasionado insatisfação, como no caso da magistratura, que está buscando formas de 'furar' o subsídio."

O especialista também criticou o formato da carreira do Judiciário e do MPU, que definiu como "várias carreiras dentro de três cargos". Versado na área de planos de carreira no serviço público, Luiz Alberto é subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, na Presidência da República. Ele respondeu a dezenas de perguntas; o vídeo com a íntegra de sua palestra será disponibilizado no nosso site em breve.



POLICARPO
Deputado federal

Objetivo é a equiparação

Emocionado ao falar dos recém-completados 21 anos do Sindjus, o deputado Policarpo explicou que o sindicato nasceu da necessidade de unificar associações existentes em alguns tribunais, como TJDFT, TRT e STM. Essa necessidade se deu principalmente em função de combater o movimento neoliberal instalado com o governo Collor.

"No início dos anos 90, tudo era contra o servidor. Tivemos que buscar a maior unidade possível não para avançar nas conquistas, mas para assegurar os direitos conquistados até então", recordou. Ele observou que esse cenário remete à realidade atual e reafirmou a importância de sair do congresso com a união da categoria reforçada, de modo a aprovar a equiparação salarial. Caso contrário, segundo ele, não conquistaremos um centavo sequer do governo.

"O nosso objetivo sempre foi a equiparação salarial com os outros Poderes. Em 2009 a categoria, em assembleia, aceitou a proposta do ministro Gilmar Mendes, de reduzir de 80% para 56% o reajuste, porque ele disse que, assim, aprovaria rapidamente. E isso não ocorreu. Portanto, temos todo o direito de voltar a essa discussão para garantir a equiparação", afirmou Policarpo.

O deputado falou ainda sobre os desafios que enfrenta no Congresso na luta pelos direitos dos servidores: projetos com arrocho para o funcionalismo, fundo complementar de aposentadorias, mudanças no direito de greve: "Sou um servidor-parlamentar. Quero ser um instrumento de luta dessa categoria."

HOJE: VIGÍLIA NO TSE

Lewandowski, promessa é dívida!

A partir das 17h desta terça (31) os servidores do Judiciário e do MPU fazem vigília em frente ao Tribunal Superior Eleitoral, adentrando a noite e marcando presença com velas, faixas e apitos.

O TSE, além de ser um espaço histórico no que diz respeito ao diálogo entre as administrações, realiza hoje uma sessão importante, com ministros de outros tribunais, como o STJ, e membros do Ministério Público. Também acontece as 18h30 a pos-

se do mais novo ministro substituto da Corte, o ministro do STF Luiz Fux.

É importante lembrar que o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, foi o fiador do acordo realizado entre o então presidente Lula e o presidente Peluso. Na época, no início do segundo semestre de 2010, preocupado com o processo eleitoral, Lewandowski participou ativamente da negociação que, teoricamente, construiu a aprovação do nosso projeto logo

após o término do processo eleitoral.

Confiamos no ministro Lewandowski, que na época procurou até mesmo o presidente da Câmara para tratar pessoalmente do nosso projeto. Mas o presidente do TSE não mostrou o mesmo empenho após as eleições. O acordo foi esquecido e, até agora, não foi concretizado. Essa vigília é para cobrar de Lewandowski o compromisso que assumiu conosco e que precisa honrar.



SERVIDOR, NÃO SEJA OMISSO
 Junte-se à luta que também é sua

Este anúncio é uma criação dos servidores do TSE